

**Relatório de Gestão
Exercício de 2020**

Em cumprimento das disposições legais em vigor, a Direção da Fundação Joana Simões de Alpuj apresenta o seu relatório de gestão e os documentos de prestação de contas referente ao exercício findo a 31 de dezembro de 2020.

MANDATO DA FUNDAÇÃO

A Fundação Joana Simões de Alpuj registada na Conservatória do Registo Comercial RNPC – Registo de Fundações, com a matrícula e identificação de pessoa coletiva número 513463267, reconhecida por despacho do Senhor Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, de 27 de Março, publicado no Diário da República, II série, de 21 de Abril de 2015, sob o número 3930/2015, tem a sua sede social na Rua Latino Coelho número, 6º andar, 1050-132 Lisboa, tem como fim a recuperação de objectos litúrgicos, de arte sacra, de paramentaria, objectos de interesse artístico ou de suporte da devoção cristã, que estejam no circuito comercial a fim de, com os adequados cuidados de restauro, conservação e segurança, destiná-los ao culto Católico.

ATIVIDADE EM 2020 E PERPECTIVAS PARA 2021

Este ano, marcado pela estranha emergência de uma pandemia que confundiu e afectou todo o mundo, e, em que uma das mais notáveis efeitos foi a declarada necessidade de interromper, por ordem civil e eclesial, a liturgia e o culto público em toda a orbe, situação jamais vivida e de consequências imprevisíveis quer para a Igreja quer para a civilização no seu todo, tivemos a alegria de celebrar um protocolo com uma das mais icónicas referências dos lugares de culto portugueses: o maravilhoso Mosteiro dos Jerónimos, Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Belém.

Este protocolo, que começou a ser estudado e de algum modo já acordado durante o passado ano de 2019, prevê a cedência em comodato de três genuflexórios de época de grande qualidade; um, de grande dimensão, de estilo romântico português do século XIX, em madeira de mogno ebanizado com ricos entalhamentos e almofada, estofado a damasco branco-pérola, e outros dois românticos portugueses, do último quartel do século XIX, em madeira entalhada e escurecida, estofados a veludo carmesim.

Simultaneamente prevê-se que o mesmo protocolo venha a ser estendido à cedência em comodato de dois importantes cálices neomanuelinos, que, quer como os genuflexórios referidos, tinham por sua vez sido cedidos à custódia e gestão discricionária da Fundação. Este último facto é de salientar, por quanto representa a primeira vez que a Fundação cede em comodato, bens de terceiros, recebidos em custódia.

A Real e Venerável Irmandade do Santíssimo Sacramento de Mafra, agregada ao Convento de Mafra, também solicitou a intervenção da Fundação para um desiderato muito querido à vontade da Instituidora: o apoio a todas as formas de piedade pública e popular. No caso concretizar-se-ia em investir no restauro de um andor “do Papa”, no qual Sua Santidade entrega a bula com as regras da Ordem a S. Francisco. Este andor encontra-se em avançado estado de degradação, seja a policromia das imagens, a estrutura das mesmas assim como os têxteis que as ornamentam — oferecidos por D. João V de acordo com as crónicas que se conservam no arquivo, e a qualidade dos materiais utilizados testemunha, sendo que o custo orçado para a intervenção deste conjunto é de cerca de € 7.000,00, valor que inclui a recuperação integral das imagens e da componente têxtil da mesma. É de realçar que a Real e Venerável Irmandade é proprietária do maior conjunto de imagens de vestir de Portugal, ascendendo o seu inventário a cerca de 80 (oitenta) esculturas de várias tipologias. Esperamos celebrar um protocolo em breve.

Pretende-se também deixar registo da colaboração que se estabeleceu com um experimentado arquitecto, residente na cidade do Porto, de modo a podermos contar com a sua atenção e ajuda no cumprimento dos fins da Fundação. Esperamos ainda no decorrer de 2021 fechar semelhante colaboração com um arquitecto na cidade de Braga.

Dadas as características do ano não foi fácil à Fundação acompanhar o mercado de arte e leilões - apenas se conseguiu digitalmente-, não tendo este ano sido seleccionado e licitado, entre dezenas de eventos e ofertas, quaisquer objectos de culto ou piedade.

A cooperação com o Comité Português de Benfeitores da Pontificia Università della Santa Croce, prosseguiu como projectado, notando-se o incremento da actividade para o valor de € 42.821,00.

Prosseguiram todas as diligências quer em Portugal, quer nos Estados Unidos da América, para concluir a habilitação da Fundação como herdeira universal da instituidora.

OUTROS PONTOS A REFERIR

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que devam ser relatados.

A Fundação não tem sucursais em território nacional ou internacional;

A Fundação apresenta a sua situação financeira regularizada com qualquer entidade privada ou pública, sublinhando-se em particular não existirem quaisquer dividas fiscais para com a Autoridade Tributária e Aduaneira nem para com a Segurança Social.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Activo total da Fundação ascendeu este ano a € 1.432.053,06 (um milhão quatrocentos e trinta e dois Euros e seis cêntimos), o que traduz um crescimento de 49.928,79 face ao valor registado no ano passado.

COLABORAÇÃO

A Administração expressa o seu sentido reconhecimento:

- A todos os seus Colaboradores pelo seu empenho, dedicação, competência e sentido de dever demonstrados;
- Às Parcerias pela sua cooperação comprometida e construtiva.
- Aos fornecedores de bens e serviços pela empatia que manifestaram com a actividade da Fundação.
- À Navalho, Morais & Associados, SROC, L.da e ao gabinete de contabilidade Taxdata.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício, traduziu-se num resultado negativo de € -18.684,41 (dezoito mil seiscentos e oitenta e quatro Euros e quarenta e um cêntimos) e transita como estatuído quer para as reservas legais elegíveis quer, os remanescentes, para a Conta de Resultados Transitados.

Dado em Lisboa aos, 09 de Fevereiro de 2024



Joana Simões Alpuj

FUNDAÇÃO

A Direção

Fundação Joana Simões Alpuy

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2020

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

• Balanço Individual em 31 de dezembro de 2020.....	3
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro de 2020.....	4
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2020	5
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020.....	6
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	8
3. Principais políticas contabilísticas.....	9
4. Ativos fixos tangíveis.....	10
5. Outros investimentos financeiros.....	11
6. Estado e Outros Entes Públicos.....	11
7. Caixa e depósitos bancários.....	11
8. Fornecedores.....	11
9. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	11
10. Outras dívidas a pagar.....	12
11. Diferimentos.....	12
12. Fornecimentos e serviços externos.....	12
13. Outros rendimentos.....	12
14. Outros gastos e perdas.....	13
15. Resultados financeiros.....	13
16. Eventos subsequentes.....	13
17. Informações exigidas por diplomas legais.....	13

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Fundação Joana Simões Alpuj
Balço Individual em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.20	31.dez.19
ATIVO			
<i>Ativo</i>			
Ativos fixos tangíveis	4	16 168,43	16 168,43
Outros investimentos financeiros	5	42 563,36	-
Total dos Ativos Não Correntes		<u>58 731,79</u>	<u>16 168,43</u>
Estado e outros entes públicos	6	141,95	141,95
Caixa e depósitos bancários	7	1 373 179,32	1 365 813,89
Total dos Ativos Correntes		<u>1 373 321,27</u>	<u>1 365 955,84</u>
		<u>1 432 053,06</u>	<u>1 382 124,27</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
<i>Fundos Patrimoniais</i>			
Fundos		250 000,00	250 000,00
Resultados transitados		(32 685,14)	(6 129,28)
Resultado líquido do exercício		(18 684,41)	(26 555,86)
Total dos Capitais Próprios		<u>198 630,45</u>	<u>217 314,86</u>
<i>Passivo</i>			
Fornecedores	8	13 767,59	17 423,75
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9	1 154 846,79	1 112 283,43
Outras dívidas a pagar	10	252,23	252,23
Diferimentos	11	64 556,00	34 850,00
Total dos Passivos Correntes		<u>1 233 422,61</u>	<u>1 164 809,41</u>
Total do Passivo		<u>1 233 422,61</u>	<u>1 164 809,41</u>
		<u>1 432 053,06</u>	<u>1 382 124,27</u>

Lisboa, 8 de fevereiro de 2024

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rita Almeida

A DIREÇÃO

Paulo Gomes Ribeiro

Fundação Joana Simões Alpuj

Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

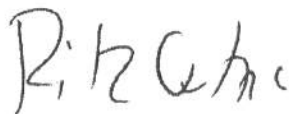
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.20	31.dez.19
Fornecimentos e serviços externos	12	(5 643,93)	(27 356,60)
Outros rendimentos	13	13 115,00	30 835,77
Outros gastos	14	(26 498,91)	(30 602,81)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(19 027,84)	(27 123,64)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(19 027,84)	(27 123,64)
Juros e rendimentos similares obtidos	15	343,43	567,78
Resultado antes de impostos		(18 684,41)	(26 555,86)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(18 684,41)	(26 555,86)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 8 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Fundação Joana Simões Alpuj

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

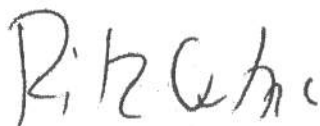
(Valores expressos em euros)

	31.dez.20	31.dez.19
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Pagamentos a fornecedores	(9 000,04)	(14 825,58)
Pagamentos ao pessoal	-	-
Caixa gerada pelas operações	(9 000,04)	(14 825,58)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	-
Outros recebimentos/pagamentos	16 365,47	1 135 518,55
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	7 365,43	1 120 692,97
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	-	-
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	7 365,43	1 120 692,97
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 365 813,89	245 120,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 373 179,32	1 365 813,89

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 8 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Fundação Joana Simões Alpuy

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Exercício de 2020

(Valores expressos em euros)

	Fundos	Reservas	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período 2020	250 000,00	-	-	(6 129,28)	-	(26 555,86)	217 314,86
A. Alterações no período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas em fundos patrimoniais	-	-	-	(26 555,86)	-	26 555,86	-
	-	-	-	(26 555,86)	-	26 555,86	-
Resultado Líquido do Período						(18 684,41)	(18 684,41)
Resultado Integral						7 871,45	(18 684,41)
Operações com detentores de capital próprio							
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2020	250 000,00	-	-	(32 685,14)	-	(18 684,41)	198 630,45

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 8 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

R. R. A. A. A.

A DIREÇÃO

[Assinatura]

Fundação Joana Simões Alpuy

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Exercício de 2019

(Valores expressos em euros)

	Fundos	Reservas	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período 2019	250 000,00	-	-	(273,92)	-	(5 855,36)	243 870,72
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas em fundos patrimoniais	-	-	-	(5 855,36)	-	5 855,36	-
	-	-	-	(5 855,36)	-	5 855,36	-
2							
3						(26 555,86)	(26 555,86)
4 = 2 + 3						(20 700,50)	(26 555,86)
Operações com detentores de capital próprio							
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-
5							
6 = 1 + 2 + 3 + 5	250 000,00	-	-	(6 129,28)	-	(26 555,86)	217 314,86
Posição Fim do Período 2019							

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 8 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

R. R. A. A. A.

A DIREÇÃO

Joana Simões Alpuy

Fundação Joana Simões Alpy

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Fundação Joana Simões Alpy, foi constituída em 2014, tem a sua sede na Rua Latino Coelho em Lisboa. A Fundação tem como atividade principal a recuperação de objectos litúrgicos, de arte sacra, de paramentaria e outros objectos com interesse artístico ou de suporte da devoção cristã, que estejam no circuito comercial a fim de destina-los ao culto católico.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Na preparação das suas demonstrações financeiras a entidade está sujeita ao Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de junho, o qual aprova o Sistema de normalização contabilística (SNC), e demais legislação complementar, bem como as devidas alterações, em particular as alterações que constam no Decreto-Lei n.º 98/2019, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.

A entidade adotou por apresentação das suas demonstrações financeiras de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (SNC NCRF).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.



g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo normativo SNC-NCRF.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.4. Provisões

A Fundação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



3.5. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.6. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Fundação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Fundação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Fundação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

4. **Ativos fixos tangíveis**

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2020 e de 2019 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2020					
	Saldo em 01-jan-20	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-20
Custo:						
Outros ativos fixos tangíveis	16 168,43	-	-	-	-	16 168,43
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>16 168,43</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16 168,43</u>
Depreciações acumuladas						
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valor total líquido	<u>16 168,43</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16 168,43</u>

	31 de dezembro de 2019					
	Saldo em 01-jan-19	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-19
Custo:						
Outros ativos fixos tangíveis	12 378,03	3 790,40	-	-	-	16 168,43
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>12 378,03</u>	<u>3 790,40</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16 168,43</u>
Depreciações acumuladas						
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valor total líquido	<u>12 378,03</u>	<u>3 790,40</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16 168,43</u>

5. Outros investimentos financeiros

Esta rubrica inclui investimentos em Fundos Imobiliários mensurados ao preço de mercado.

	<u>31-dez-20</u>	<u>31-dez-19</u>
Ativo		
Outros investimentos financeiros	42 563,36	-
	<u>42 563,36</u>	<u>-</u>

6. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-20</u>	<u>31-dez-19</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	141,95	141,95
	<u>141,95</u>	<u>141,95</u>

7. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-20</u>	<u>31-dez-19</u>
Caixa	376,92	170,39
Depósitos à ordem	1 372 802,40	1 253 043,50
Depósitos à prazo	-	112 600,00
	<u>1 373 179,32</u>	<u>1 365 813,89</u>

8. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	<u>31-dez-20</u>		<u>31-dez-19</u>	
	<u>Fornecedores gerais</u>	<u>Grupo / relacionados</u>	<u>Fornecedores gerais</u>	<u>Grupo / relacionados</u>
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	13 767,59	-	17 423,75	-
	<u>13 767,59</u>	<u>-</u>	<u>17 423,75</u>	<u>-</u>

9. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica "Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros" apresentava um saldo no montante de 1.154.846,79 euros.

10. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-20		31-dez-19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras contas a pagar	-	252,23	-	252,23
	-	252,23	-	252,23

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
Diferimentos (Ativo)		
Outros gastos a reconhecer	-	-
	-	-
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	(64 556,00)	(34 850,00)
	(64 556,00)	(34 850,00)

12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

	31-dez-20	31-dez-19
Serviços especializados	4 540,62	26 580,62
Materiais	981,54	162,70
Energia e fluídos	-	30,00
Serviços diversos (*)	121,77	583,28
Comunicações	-	583,28
Despesas de Representação	121,77	-
	5 643,93	27 356,60

13. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
Outros rendimentos e ganhos	13 115,00	30 835,77
	13 115,00	30 835,77

14. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	<u>31-dez-20</u>	<u>31-dez-19</u>
Impostos	0,44	3,90
Outros gastos e perdas	26 498,47	30 598,91
	<u>26 498,91</u>	<u>30 602,81</u>

15. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2020 e de 2019, tinham a seguinte composição:

	<u>31-dez-20</u>	<u>31-dez-19</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	343,43	567,78
	<u>343,43</u>	<u>567,78</u>
Juros e gastos similares suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultados financeiros	<u>343,43</u>	<u>567,78</u>

16. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.


17. Informações exigidas por diplomas legais

A Direcção informa que a Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Direcção informa que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 66º - A do Código das Sociedades Comerciais, os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, ascenderam a 1.200,00 euros.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direcção e autorizadas para emissão a 8 de fevereiro de 2024.



(A Direcção)



(O Contabilista Certificado)

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2024

À atenção de

Navalho, Morais & Associado, SROC, Lda nº 138,
Avenida Infante Santo nº 40, 2º
1350-179 Lisboa

Exmos. Senhores,

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal de Contas que efetuaram às demonstrações financeiras da **Fundação Joana Simões Alpuj**, NIF: 513 463 267, relativas ao ano findo em 31/12/2020, as quais evidenciam um total do balanço de 1.432.053 euros e um resultado líquido negativo de 18.684 euros, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vosso Relatório Auditoria, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com o referencial das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL) adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção que:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS

1.1 Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas.

1.2 Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes aos fundos patrimoniais estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.

1.3 Não existem:

- Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a meio ambiente, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;
- Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;

1.4 A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.

1.5 Todos os acontecimentos subsequentes à data das demonstrações financeiras e relativamente aos quais o normativo contabilístico aplicável exige ajustamento ou divulgação foram ajustados ou divulgados.

1.6 Desde a data de aprovação das demonstrações financeiras (08-02-2024), até à data desta Declaração, não temos conhecimento da ocorrência de quaisquer factos ou circunstâncias significativas, para além dos ajustados ou divulgados, que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

1.9 Não existem distorções que não tivessem sido ajustadas, identificadas durante o vosso exame às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2020, exceto quanto ao valor dos fundos de investimento depositados no Banco Millennium BCP no valor de 42.563,36 Euros que não estão registados na contabilidade.

1.10 Tomámos conhecimento do conteúdo que irá constar do vosso Relatório Auditoria inclui o seguinte:

Reserva:

A empresa não cumpriu na sua totalidade com o indicado na alínea d) no artigo 9º da Lei 150/2015 (Alterada pela Lei n. º67/2021 Quadro das Fundações)

2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

2.1 Disponibilizámos-vos:

- Acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como registos, documentação e outras matérias;
- A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria;
- Acesso sem restrições às pessoas da Entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e
- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da Vossa Auditoria.

2.2 Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras.

2.3 Confirmamos que não foram reconhecidas despesas que devam ser consideradas confidenciais ou não devidamente documentadas.

2.4 A Entidade não registou e/ou pagou quaisquer quantias que se encontrem suportadas por documentos que não cumpram, em termos formais ou de facto, os requisitos legais vigentes, ou que não traduzam transações efetivas realizadas pela mesma. Todas e apenas as transações efetuadas e eventos sujeitos a registo contabilístico, ocorridos no decurso do exercício, se encontram devidamente suportados e refletidos nos registos contabilísticos da Entidade em 31/12/2020

2.5 Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.

2.6 Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras envolvendo os administradores.

2.7 Demos-vos conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.

2.8 Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento.

2.9 Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e

juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.

2.10 Confirmamos-vos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.

2.11 Todas as informações constantes da declaração Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) estão adequadamente registadas. Assumimos que é da nossa responsabilidade a atualização permanente das informações a constar do referido registo.

2.12 Confirmamos que as últimas reuniões dos órgãos sociais da Entidade foram da Direção do dia 17 de Maio de 2018, do Conselho de Administração do dia 09 de Março de 2019 e da Assembleia Geral do dia 21 de Março de 2019.

2.13 Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

2.14 Não temos projetos ou intenções:

- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
- que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;
- de abandonar ou reduzir atividades.

2.15 Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.

2.16 Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade.

2.17 Confirmamos que no decurso do exercício não foram solicitados quaisquer serviços a advogados e que não existem quaisquer litígios ou contingências, interpostos pela ou contra a Entidade, motivo pelo qual não foi necessário recorrer aos serviços destes profissionais.

2.18 Confirmamos que a entidade não detém quaisquer outras contas bancárias além das evidenciadas nos registos contabilísticos e indicamos que não foram alterados os titulares com poderes de representação junto das mesmas entidades bancárias, nem foram adicionadas ou canceladas contas bancárias.

2.19 As nossas responsabilidades, no que diz respeito à preparação e divulgação das demonstrações financeiras não se alteraram pelo facto destas, puderem vir a ser reproduzidas e divulgadas por meios eletrónicos. É da nossa responsabilidade assegurar que qualquer destas publicações apresenta de forma apropriada a informação financeira e o relatório auditoria.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

Órgão de direção



